

## ÍNDICE

NOTA PRÉVIA À 3. <sup>a</sup> EDIÇÃO	5
NOTA PRÉVIA	7
LISTA DAS PRINCIPAIS ABREVIATURAS UTILIZADAS	9
<b>PARTE I. TEXTOS</b>	<b>11</b>
<b>TEXTO I. O DIREITO ADMINISTRATIVO: CARACTERIZAÇÃO NO CONTEXTO DA DISTINÇÃO ENTRE DIREITO PÚBLICO E DIREITO PRIVADO</b>	<b>13</b>
1. O Direito Administrativo: o que é e para que serve?	13
2. Uma concepção subjetiva e estatutária do Direito Administrativo	15
3. O Direito Administrativo e a distinção entre direito público e direito privado	18
3.1. Critérios tradicionais da distinção	18
3.2. O Direito Administrativo como ramo do direito público	21
4. Direito Administrativo Geral e Direitos Administrativos Especiais	22
<b>TEXTO II. A FUNÇÃO ADMINISTRATIVA NO CONTEXTO DAS FUNÇÕES ESTADUAIS</b>	<b>29</b>
1. O princípio da separação e da interdependência de funções e poderes	29
2. A função administrativa e as demais funções estaduais	32
2.1. Função administrativa e função legislativa	33
2.2. Função administrativa e função judicial	41
2.3. Função administrativa e função política	47
3. As reservas de Administração: significado e alcance	50

TEXTO III. SISTEMAS DE ADMINISTRAÇÃO	61
1. Os modelos de sistemas de Administração	61
1.1. Sistema continental (francês) de Administração executiva	62
1.2. Sistema britânico de Administração judiciária	64
1.3. Sistema norte-americano de Administração	66
2. Elementos de aproximação entre os modelos	68
3. O caso português	71
TEXTO IV. JURIDICIDADE E LEGALIDADE DA AÇÃO ADMINISTRATIVA	75
1. O alcance da vinculação administrativa ao direito: o sentido último do princípio do Estado de direito	76
2. Juridicidade e interesse público	78
3. O princípio da legalidade: a lei como pressuposto e fundamento do <i>agere</i> administrativo	81
3.1. Subprincípios densificadores do princípio da legalidade	82
3.2. O estado de necessidade como exceção ao princípio da legalidade?	90
3.3. Retração do princípio da legalidade	96
TEXTO V. CONCEITOS OPERATIVOS FUNDAMENTAIS EM MATÉRIA DE ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	103
1. Pessoa coletiva pública	103
2. Órgão	104
2.1. Noção e confronto com outras figuras	104
2.2. Tipos de órgãos	106
3. Atribuições	111
4. Competências	112
4.1. Repartição de competências	113
4.2. Conflitos de competência	114
5. Legitimação	115
TEXTO VI. SETORES DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA PORTUGUESA	117
1. Administração estadual	118
1.1. Administração estadual direta	119
1.2. Administração estadual indireta pública	121
1.2.1. Institutos públicos	122
1.2.2. Entidades públicas empresariais	128
1.3. Administração estadual indireta privada	129

1.4. Administração independente	131
2. Instituições de ensino superior públicas	138
3. Administração autónoma	142
3.1. Administração autónoma territorial	142
3.1.1. Regiões autónomas	142
3.1.2. Autarquias locais	148
3.2. Administração autónoma corporativa	158
3.2.1. Associações públicas	158
3.2.2. Consórcios públicos ou corporações interadministrativas	160
4. Organização administrativa em tempos de (superação? da) crise	163
5. A organização administrativa entre a internacionalização e a europeização	165
TEXTO VII. RELAÇÕES JURÍDICAS DENTRO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	169
1. Relações interorgânicas ou internas	169
1.1. Hierarquia	169
1.2. Independência	176
2. Relações intersubjetivas ou externas	179
2.1. Superintendência	179
2.2. Tutela	182
3. Delegação de poderes	188
TEXTO VIII. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO	215
1. Noção de procedimento administrativo	215
2. A procedimentalização da atividade administrativa e o lugar dos regimes procedimentais nas «fontes do Direito Administrativo»	217
3. O valor jurídico próprio do procedimento: as funções do procedimento administrativo	219
3.1. Tipos de procedimentos administrativos	222
4. Estrutura típica do procedimento administrativo	228
5. Figuras procedimentais particulares: acordos endoprocedimentais e conferências procedimentais	230
5.1. Acordos endoprocedimentais	231
5.2. Conferências procedimentais	234
6. Princípios fundamentais do procedimento administrativo	236
6.1. Princípio da participação	237
6.2. Princípio da adequação procedimental e princípio do inquisitório	239

6.3. Princípio da cooperação: no interior da Administração e entre a Administração e os particulares	240
6.4. Princípio da eficiência	242
6.5. Princípio da imparcialidade	245
6.6. Princípio da gratuidade	248
TEXTO IX. REGULAMENTO ADMINISTRATIVO	249
1. Noção e caracterização	249
2. Tipologias de regulamentos	256
3. Titularidade	268
4. Procedimento	276
4.1. A marcha do procedimento	278
4.2. A conformação do procedimento por contrato	288
5. Forma	291
6. Início e cessação da eficácia do regulamento	293
7. Validade e invalidade do regulamento	297
7.1. O regulamento no quadro das fontes de direito e os respetivos parâmetros de vinculação	297
7.1.1. Relações entre o regulamento e as demais fontes do direito	297
7.1.2. Relações inter-regulamentares	299
7.2. O regime da invalidade do regulamento no CPA	303
7.3. Nulidade, anulabilidade ou invalidade atípica?	307
8. Omissão regulamentar	310
9. Garantias administrativas	311
9.1. A suspensão, modificação, revogação e declaração de invalidade de regulamentos como exercício do poder regulamentar	311
9.2. Regime das garantias administrativas	314
TEXTO X. CONCEITO E TIPOLOGIAS DE ATOS ADMINISTRATIVOS	317
1. Noção e caracterização do ato administrativo	317
1.1. Estatuição de autoridade: a decisão	318
1.2. Emissão por um órgão administrativo ( <i>lato sensu</i> )	319
1.3. Uso de poderes de Direito Administrativo	320
1.3.1. Ato praticado no âmbito da função administrativa, independentemente da sua forma	320
1.3.2. Exclusão de outros atos públicos	323
1.4. Regulação jurídica de uma situação: conteúdo regulatório	324

1.5. Disciplina de um caso concreto e individual	327
1.6. Relação jurídica externa	328
1.7. Produção de efeitos jurídicos positivos ou negativos	328
2. Funções do ato administrativo	329
3. Tipos de atos administrativos	331
3.1. Decisões e deliberações	332
3.2. Atos administrativos simples e atos administrativos complexos	332
3.3. Atos administrativos singulares, atos administrativos coletivos e atos administrativos gerais	334
3.4. Atos administrativos reais e atos administrativos pessoais	335
3.5. Atos administrativos carecidos de colaboração, atos administrativos consensuais e atos administrativos precedidos de contratos sobre o exercício de poderes públicos	336
3.6. Atos administrativos positivos e atos administrativos negativos	338
3.7. Atos administrativos constitutivos e atos administrativos declarativos	340
3.8. Atos administrativos de eficácia instantânea e atos administrativos de eficácia duradoura ou continuada	343
3.9. Atos administrativos prévios e atos administrativos parciais	344
3.10. Promessas administrativas	346
3.11. Atos administrativos implícitos, atos administrativos tácitos, atos administrativos concludentes e atos administrativos fictícios	347
3.12. Atos administrativos nacionais, europeus e transnacionais	352
TEXTO XI. ALGUMAS QUESTÕES SOBRE A VALIDADE E A EFICÁCIA DO ATO ADMINISTRATIVO	355
1. Validade do ato administrativo	355
1.1. Validade, interesse público e legalidade	355
1.2. Validade e momentos estruturais do ato administrativo	356
2. Invalidade do ato administrativo	357
2.1. Antijuridicidade, ilegitimidade, inexistência, invalidade e irregularidade	357
2.2. Tipos de vícios; em especial, as repercussões da distinção entre vícios formais e vícios substanciais	361
2.3. Tipos de invalidade	363
2.3.1. Invalidade formal e invalidade substancial	363
2.3.1.1. Invalidade originária e invalidade superveniente	366
2.3.1.2. Invalidade derivada e invalidade própria	367
2.3.1.3. Invalidade total e invalidade parcial	370

3. Eficácia e ineficácia do ato administrativo	371
3.1. Eficácia e validade	372
3.2. Eficácia interna e eficácia externa	373
3.3. Eficácia imediata e eficácia diferida; eficácia prospectiva e eficácia retroativa	374
<b>PARTE II. CASOS PRÁTICOS RESOLVIDOS</b>	<b>377</b>
CASO 1. ASILO E DESORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	379
CASO 2. PALACETES E INFANTES	385
CASO 3. O SEGREDO É A ALMA... DA FICHA CLÍNICA	393
CASO 4. QUEM QUER SER ADVOGADO?	400
CASO 5. PEDRAS E PRAZOS	407
CASO 6. O SOLAR DESFIGURADO	420
CASO 7. A IMPORTÂNCIA DE SER... ACESSÓRIO	430
CASO 8. FÉRIAS NA NATUREZA	437
CASO 9. HÁ MAR E MAR... E UMA MARINA PARA EXPLORAR	442
CASO 10. O PLANO	454